



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,  
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social**

**A NOTA TÉCNICA SOBRE O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS E A COLETA DO  
QUESITO RAÇA/COR/ETNIA: ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DE SUA IMPLEMENTAÇÃO NO  
COTIDIANO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL**

**DANIELE SOUZA NUNES<sup>1</sup>**

**RESUMO:**

Este artigo aborda a relevância da Nota Técnica publicada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2022, que discute a inclusão do quesito Raça/Cor/Etnia no trabalho profissional de assistentes sociais no Brasil. A referida nota é um marco importante para a prática profissional, destacando a necessidade de reconhecer e enfrentar as desigualdades raciais no país. Desta forma, este trabalho orienta assistentes sociais a incorporar de forma sistemática a coleta de dados sobre raça, cor e etnia, como um meio de promover a justiça social e a equidade racial nas políticas públicas e na prestação de serviços sociais.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Raça/Cor/Etnia

**ABSTRACT:**

This article addresses the relevance of the Technical Note published by the Federal Council of Social Services (CFESS) in 2022, which discusses the inclusion of the issue of Race/Color/Ethnicity in the professional work of social workers in Brazil. This note is an important milestone for professional practice, highlighting the need to recognize and address racial inequalities in the country. In this way, this work guides social workers to systematically incorporate the collection of data on race, color and ethnicity, as a means of promoting social justice and racial equity in public policies and the provision of social services.

**Keywords:** Social Work, Race/Color/Ethnicity

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país capitalista, onde o racismo vigora, o que torna mais grave as desigualdades sociais enfrentadas pela maioria da população do país que é negra. Assim, assistentes sociais ao realizar seu trabalho profissional devem compreender como o racismo estrutural permeia a sociedade brasileira e alarga ainda mais o abismo social entre brancos e população negra. Desta forma, a importância de assistentes sociais tomarem conhecimento de que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2022 publicizou uma Nota Técnica que aborda especificamente a importância da coleta do quesito Raça/Cor/Etnia no trabalho de assistentes sociais.

O presente artigo discute a importância dessa Nota Técnica e sua aplicação prática no Serviço Social. Para construção do presente estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas, documental e buscas em site oficial do Conjunto CFESS/CRESS como forma de fundamentar a presente discussão.

O artigo está estruturado em duas partes, sendo salientado o debate sobre o racismo estrutural no país e o Serviço Social, tendo como aportes teóricos principais as contribuições de Silvio Almeida (2020, 2021), Marcia Eurico (2022) e Magali Almeida (2013, 2017). Seguindo, na segunda parte, a análise da importância da Nota Técnica coleta do quesito Raça/Cor/Etnia no trabalho profissional de assistentes sociais.

## 2. DISCUSSÃO DO RACISMO ESTRUTURAL NO SERVIÇO SOCIAL

O/A assistente social deve pautar sua atuação profissional no sentido de buscar meios que desvelam o racismo estrutural na sociedade, e para que isso ocorra, faz-se necessária o acúmulo do tema racismo estrutural no sistema capitalista e os rebatimentos na sociedade brasileira. Muitos/as autores/as trazem essa discussão na atualidade, os/as quais ajudam a contribuir com o debate crítico do tema no cotidiano profissional do/a assistente social.

Neste quesito, destaca-se Almeida (2021) que informa a existência de vários/as estudiosos/as que acreditam que há outras formas de possibilidade de organização de modo de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

produções viáveis e que o sistema neoliberal está em crise e que este será superado. É neste contexto econômico que assistentes sociais atuam e que neste modo de produção vigente, o racismo é estrutural, conforme destacou o autor:

O racismo antinegro é um fenômeno capitalista. Em séculos anteriores ao capitalismo industrial e imperialista, a ideologia racista surgiu como justificativa para legitimar o comércio escravista e foi um dos pilares da acumulação primitiva do capital como afirmado no início deste artigo (Almeida, 2020, p. 38-39).

Em relação ao racismo que é impregnado neste sistema capitalista, o autor exorta que:

Nesta, raça e racismo ganham primazia a partir da conformação do trabalho, tanto no regime escravista quanto na esfera da indústria (trabalho livre), sinalizando a transmutação da ideia de raça e sua funcionalidade no capitalismo monopolista. As práticas discriminatórias baseadas na raça criam constrangimentos e obstaculizam a emancipação desses sujeitos sociais, pois no capitalismo o trabalho é alienado e, portanto, não há lugar para a realização plena desses sujeitos, mas contraditoriamente, estão dadas as condições históricas para a materialização do projeto emancipatório, no bojo da luta de classes. (Almeida, 2020, p. 34).

Vale dar destaque que em uma das teses de Pico (2024), o autor refere-se ao sistema capitalista como um sistema em que marxismos negros colocam o racismo como centro do problema do capitalismo. Isto ocorre, pois para o autor o sistema capitalista é uma estrutura inventada que inculca nas pessoas “preconceitos sobre a cor e a cultura de certos povos para organizar e justificar sua exploração”. (Pico, 2024, p.82).

Em relação ao marxismo negro, faz-se necessário dar destaque a tal “existência”, pois vários autores/as fazem discussão sobre a temática do capitalismo, sob o ponto de vista do marxismo e fazendo referência sempre as categorias raça e classe. Pico (2024) destaca o papel de um sociólogo Oliver Cox (1901-1974), o qual de maneira inovadora, foi um estudioso acerca do tema racismo no sistema capitalista que tratou de questões relativas ao problema do racismo, analisando-o com o surgimento do capitalismo e do colonialismo ocidental, tendo inclusive desenvolvido suas pesquisas nesse eixo central.

Vale destacar que o racismo é uma categoria bastante relevante à manutenção do sistema capitalista, pois a partir do momento que neste modo de produção destacam-se seres humanos em “seres diversos”, de acordo com sua tonalidade de pele ou por ser parte de determinadas culturas, começam a existir distinção dentro da própria classe de trabalhadores/as, tornando uns/as mais exploráveis que outros/as. Daí o conjunto de trabalhadores/as torna-se um ambiente de competição e de desunião, fatores que são alavancas para a manutenção do sistema capitalista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Desta forma, o/a assistente social deve em seu exercício profissional se atentar que o racismo estrutural, inerente ao sistema capitalista, é o elemento que deve ser posto em pauta no momento em que for exercer suas competências e atribuições privativas em quaisquer campos de atuação profissional. Conforme destaca Corato (2020), a pesquisa sobre a formação social e racial do Brasil é essencial para se compreender como, em um período escravagista que durou quase quatro séculos no país, excluiu a população negra do usufruto da riqueza socialmente produzida no país.

Assim, fica evidente que assistentes sociais em seu exercício profissional devem estar atentas/os aos efeitos nefastos da escravização, da formação sócio histórica do país e da profunda desigualdade social e racial que assola o Brasil. Assim, não basta ter ciência de dados sociais que demonstram que a maior parte da parcela pauperizada da população brasileira é negra, mas é mister problematizar tal questão, para que sejam desvelados os motivos reais que chegaram a essa realidade no Brasil.

Desta forma, o/a profissional de Serviço Social deve executar sua ação profissional voltada para uma ação profissional antirracista, levando a discussão de tais pontos com toda equipe multiprofissional e com usuários/as dos serviços.

Destaca-se aí a compreensão de Druck (2023), que avalia a especificidade do caso brasileiro, em que a precarização do sistema capitalista deve ser compreendida levando-se em conta o histórico de colonização e do trabalho escravo:

Um país colonial sustentado no trabalho escravo, que se especializou numa economia agrário-exportadora e cuja industrialização tardia, através do modelo de substituição de importações, o condenou a uma posição subordinada às economias centrais, condição similar para os países latino-americanos. (Druck, 2023, p. 54)

Importante destacar que Almeida (2013) indica ser essencial a inserção da temática racial na formação e no exercício profissional em serviço social. A autora ainda cita como fundamentação desta importância, três princípios contidos no Código de Ética vigente, pois estes explicitam o posicionamento ético-político em defesa da liberdade e do combate às opressões:

VI- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação dos grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.(...) VIII - Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; (...) XI - Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 1997, p. 23-24).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Desta forma, o projeto ético-político hegemônico profissional que assume a hegemonia a partir dos anos 80, referenda uma prática profissional focada no compromisso com a construção de um projeto de sociedade livre das formas históricas de dominação e exploração, sendo incluído o combate ao racismo.

Segundo Iamamoto (2007), assistentes sociais estão inseridas/os em instituições empregadoras, que organizam o seu processo de trabalho, pois tais profissionais não tem a posse de todos os meios necessários para realizar sua ação. Para realizar seu trabalho, o/a assistente social atua em instituições públicas e privadas, para dispor dos necessários recursos financeiros, técnicos e humanos.

Mas é importante destacar que segundo Almeida (2020, p. 47):

As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de modo de socialização que tem o racismo como um dos componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista.

Desta forma, o racismo deve ser compreendido como mediação que estrutura o capital que gera as desigualdades no país. Assistentes sociais no seu exercício profissional devem considerar em suas análises a existência do racismo, como forma também de enfrentá-lo. Ainda em relação a esta questão, importante a compreensão acerca do mito da democracia racial, que para Almeida (2020):

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo o que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria, e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial. (Almeida, 2020, p. 82).

Carneiro (2009) ainda corrobora que a miscigenação racial, vem sendo utilizada pela ideologia e pela política dominante de maneira ardilosa, dando suporte ao mito da democracia racial, o que escamoteia as problemáticas ligadas ao racismo e as desigualdades que são naturalizadas pelo sistema vigente. Vale ressaltar que a autora destaca que a questão da raça não tem base na ciência biológica, porém os argumentos da ciência nos idos do século XIX refletem negativamente até o presente momento, trazendo consigo impactos que fazem perdurar o racismo

no mundo e a naturalização da superioridade de determinada raça branca em relação aos outros grupos humanos.

A partir de tal panorama, fica evidente que o Serviço Social como profissão interventiva, deve ter uma atuação comprometida com os princípios do Código de Ética e com a qualidade dos serviços prestados à sociedade. A categoria deve acionar os aportes teóricos que revelem a dinâmica das sociedades capitalistas e os processos históricos desta, para a partir desta leitura, buscar as respostas às demandas apresentadas pela população. Conforme aponta Iamamoto (2001), o/a assistente social:

Apreender as relações entre trabalho, questão social e o Serviço Social na sociedade brasileira, em suas particularidades regionais e locais, é requisito para elaborar e efetivar estratégias que possam contrarrestar a *programática neoliberal* em favor das necessidades e interesses da coletividade. (p. 30)

Assim, no âmbito do Serviço Social, no sentido de contribuir com o enfrentamento ao racismo estrutural no âmbito da categoria e da sociedade, faz-se necessário a ampliação do debate racial no bojo da categoria para uma maior instrumentalização dos/as assistentes sociais no atendimento às demandas da população majoritariamente atendida nos serviços, a população negra.

### 3. IMPORTÂNCIA DA NOTA TÉCNICA CFESS PARA O SERVIÇO SOCIAL

O tema racismo estrutural e seus rebatimentos na sociedade brasileira devem ser discutidos sempre no cotidiano profissional e em espaços coletivos, visando o enfrentamento deste. Além disso, por meio de dados coletados nas abordagens com usuários/as nos diversos espaços de trabalho (quesito raça-cor X situação socioeconômica), o/a assistente social pode colaborar na fundamentação para exigência de políticas públicas de reparação, bem como contribuir na organização coletiva de usuários/as, por meio de estratégias de mobilização social, buscando a implementação destas políticas de reparação em todos os níveis de gestão.

Desta forma, destaca-se que o CFESS, expediu Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia que foi elaborada pela pesquisadora Marcia Eurico, a qual relata que:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A coleta do quesito raça/cor/etnia é essencial na elaboração de políticas públicas em uma perspectiva antirracista, pois, para além de um indicador, a coleta faz emergir as nuances do silenciamento da desigualdade étnico-racial e da vinculação direta entre acumulação capitalista e racismo. O racismo, enquanto uma construção sócio-histórica, permite que a estrutura de dominação e opressão erigida pelo modo de produção capitalista permaneça intacta. (Eurico, 2022, p. 2-3)

Daí, a Nota Técnica do CFESS sublinha que a coleta de dados sobre raça, cor e etnia é essencial para a elaboração de diagnósticos sociais mais precisos. Esses dados permitem uma compreensão mais profunda das condições de vida das populações atendidas, revelando como o racismo e as desigualdades raciais impactam o acesso a direitos e serviços.

Desta forma, considerando que o racismo está presente na organização econômica e social da sociedade, uma leitura crítica do Serviço Social deverá contemplar o debate racial. Assim, concorda-se com Almeida (2013), a respeito do debate racial na profissão:

Que os assistentes, dentro do espaço de trabalho, possam dar visibilidade à discriminação racial e ao racismo institucional e não naturalizá-lo. E como o assistente social garante a visibilidade da discriminação? Sendo mais competente teoricamente, buscando a teoria crítica como mediação para a explicação da realidade na qual a invisibilidade do racismo é produzida. Produzindo indicadores, garantindo o quesito raça/cor nas fichas sociais, elaborando campanhas educativas de combate ao racismo, capacitando os profissionais para reconhecerem as situações de discriminação racial, e procederem o encaminhamento da denúncia. São questões políticas, éticas e também técnico-operativas. Acredito que são esses os desafios. (Almeida, 2013, p. 234).

Em relação ao cotidiano profissional de assistentes sociais, é de suma importância a apreensão crítica acerca do racismo, com vistas a realização de um trabalho mais qualificado, conforme destaca ainda a autora supramencionada:

A luta contra o racismo, a luta antirracista faz parte da agenda de lutas do conjunto referendadas nos marcos jurídicos normativos do conjunto CFESS/CRESS. É importante que essa agenda seja demandada pelos assistentes sociais. Se não houver demanda, ela não vai aparecer. Se demandarem, o espaço está garantido. Será uma conquista. (Almeida, 2013, p. 231).

Importante dar destaque aos apontamentos de Paiva (2023, p. 01), a qual destacou com base no documento produzido pelo IBGE no ano de 2022: Relatório de Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil – 2ª Edição, dados que, segundo ela, apontam a existência de um “abismo racial entre os salários pagos às pessoas brancas e negras no Brasil: brancos recebem, em média, R\$3 mil, acima do rendimento de pretos (R\$ 1,7 mil) e pardos (R\$ 1,8 mil)”. Esta ratifica

que a desigualdade racial não é refletida somente em relação “à segurança pública, mas envolve trabalho, distribuição de renda, moradia, educação e representação política.”

Diante do cenário exposto, onde se identifica o conjunto de desigualdades sociais e econômicas vivenciadas majoritariamente pela população negra no país, fica evidente a necessidade de a categoria profissional pautar a discussão sobre o racismo estrutural no seio do Serviço Social, seja na academia ou nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

No contexto da sociedade brasileira, é possível constatar que o racismo vigora, reflexo do histórico colonialista escravagista do Brasil, aliado ao fato de que nunca houve no país políticas públicas de reparação. Importante dar destaque que quando assistentes sociais são convocadas/os a atuar em tal contexto, em que muitas vezes, não possuem condições, recursos e/ou meios de trabalho suficientes, faz-se necessário uma leitura da realidade crítica para que os desafios do seu fazer profissional, são também frutos de um sistema em que a exclusão, a concentração de renda, a pobreza e miserabilidade de usuários/as são essenciais a manutenção deste modo de produção racista.

Ocorre, pois que muitas vezes os/as profissionais de Serviço Social não têm a real noção do quão importante é conhecer os processos sociais e a realidade dos sujeitos sociais, para que desta forma, possa interferir positivamente no enfrentamento das manifestações da questão social, em suas particularidades locais e regionais. Para Yamamoto (2001) tal ponto é estratégico para combater a pragmática neoliberal a favor das necessidades e interesses da coletividade, bem como favorecer a cidadania social.

Neste quesito ela não aborda a questão racial diretamente na discussão do enfrentamento ao sistema capitalista, mas a partir das leituras já realizadas e discussão de autores citados na presente pesquisa e de tantos outros que discutem o tema racismo e sistema capitalista, é possível constatar que é elementar que o Serviço Social esteja atrelado e atento a questão racial no momento da leitura de realidade.

Desta forma, é importante considerar o impacto do racismo estrutural ao realizar sua ação profissional no âmbito do Serviço Social. É um ponto crucial destacar que a leitura da realidade social, conforme Yamamoto (2003), que em qualquer análise, seja em nível micro ou macro, local ou regional, precisa contextualizar o sistema em que a população usuária está inserida, ou seja, sistema capitalista neoliberal. Aliado ao pensamento de Almeida (2020), que considera que o sistema capitalista é racista, o/a assistente social deve ir além das questões econômicas,

incorporando também às suas ponderações no planejamento de suas ações profissionais, as desigualdades e injustiças causadas pela discriminação racial no país.

Vale destacar que segundo Almeida (2017), ao passo em que o movimento negro brasileiro nega a existência de uma democracia racial brasileira, ele ratifica a existência do racismo estrutural nas instituições do Estado, cobrando políticas públicas de combate ao racismo. Assim, o racismo institucional pode ser entendido como práticas, políticas e estruturas dentro das instituições que perpetuam discriminação e desigualdades entre diferentes grupos étnico-raciais. Vale salientar que tal forma de racismo não é contemplada somente por meio de ações isoladas, mas também nas normas e cultura das instituições.

Assim, ao atuar nos diversos serviços, programas ou políticas públicas, é fundamental reconhecer como o racismo estrutural perpetua desigualdades sociais e limita o acesso equitativo aos recursos e oportunidades que favoreçam a cidadania plena, conforme previsto na Carta Magna. É também necessário o combate ao racismo institucional, atuando numa perspectiva antirracista dentro destas, para que as necessidades de usuários/as negros/as que buscam os serviços sociais das diversas instituições sejam contemplados de maneira efetiva.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Assim, fica evidenciado que a inclusão do quesito Raça/Cor/Etnia nos instrumentos de trabalho de assistentes sociais é crucial para dar visibilidade às desigualdades raciais existentes no país. Sem tais dados, é impossível identificar de maneira precisa as necessidades específicas das populações negras, indígenas e outras etnias, o que resulta em intervenções genéricas e, muitas vezes, ineficazes.

Para implementação das orientações da referida Nota Técnica que trata o presente artigo, faz-se necessário além de adaptação de formulários, questionários e outros instrumentos de coleta de dados para incluir o quesito Raça/Cor/Etnia, a capacitação contínua de assistentes sociais para que possam tabular, analisar e utilizar esses dados de forma a promover o combate ao racismo no seio das instituições e fomentado políticas públicas mais eficazes no combate ao racismo estrutural.

Outro ponto que deve ser verificado é que a partir de indicadores sociais, que evidenciam quesitos Raça/Cor/Etnia, o Serviço Social consegue avançar na formulação de estratégias que



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

priorizem um trabalho profissional que analisa a situação de usuários/as, tendo como pano de fundo o entendimento de que a formação do Estado Brasileiro, desde os seus primórdios, manteve o racismo como algo inerente e naturalizado. Assistentes sociais devem verificar sobretudo como este contexto de formação da sociedade brasileira marginaliza até o tempo presente a população não branca que faz parte do país.

Desta forma, a partir da presente análise, fica óbvio que o trabalho profissional de assistentes sociais deve estar alinhado com os princípios ético-políticos previstos no Código de Ética de 1993, a saber: a luta contra todas as formas de opressão, incluindo aí o racismo estrutural. A partir de tal compreensão, a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia é condição essencial e obrigatória para que se avance uma prática que materialize o compromisso do Serviço Social, na busca de uma sociedade que enfrentam as barreiras impostas pelo racismo estrutural a maioria da população brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra – Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2020.

\_\_\_\_\_. **O que é o NEOLIBERALISMO?** Silvio Responde. YOUTUBE. Publicado em 27 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sjG5JgpnzaA>. Acessado em 02 de outubro de 2023.

ALMEIDA, Magali da Silva. **Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social**. Argumentum, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 32–45, 2017. DOI: 10.18315/argum.v9i1.15764. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15764>. Acesso em 04 de maio de 2023.

\_\_\_\_\_. **Pioneirismo da discussão étnico-racial no Serviço Social**. Entrevista com Magali da Silva Almeida. In: Revista Libertas, R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231-239, jan./jun. 2013.

BARROCO, Maria Lúcia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do(a) assistente social comentado**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, n. 17, p. 117-132, 2004. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1978>. Acessado em: 30 de maio de 2024.

CFESS. **Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS, 2011.

CORATO, Carmem. **Formação social brasileira: Interface com as relações sociais**. Revista em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea, v. 18, n. 46, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/52006>. Acesso em: 30 de maio de 2024.

DRUCK, Graça. **Trabalho, Precarização e Precariedade: Considerações teóricas à luz de um balanço (auto) crítico**. In: BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho e ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira (Orgs.). Labirintos da Precarização do Trabalho e das Condições de Vida. Curitiba: Editora CRV, 2024. (p. 37-66).

EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-tecnica-raca-cor-2022-nov.pdf>. Acessado em 03 de junho de 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1989.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

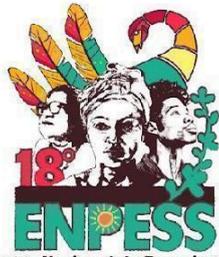
\_\_\_\_\_, **A questão social no capitalismo**. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, n. 08, Primeiro Semestre. 2003. (p.56-83)

\_\_\_\_\_, **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_, **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro trabalho e questão social**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

IPEA. **Estudos revelam impacto da redistribuição de renda no Brasil Seminário das Quintas aponta caminhos para reduzir a injustiça social**. Publicado em 04/08/2023 - Última modificação em 08/08/2023 às 17h55. Disponível em: [ipea.com.br](http://ipea.com.br). Acessado em: 15 de maio de 2024.

PAIVA, Ana Julia. **6 livros para discutir racismo no Brasil hoje**. In: Educação e Território. Publicado dia 11 de maio de 2023. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

<https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/6-livros-para-discutir-racismo-no-brasil-hoje/> Acesso em: 30 de maio de 2024.

PICO, Daniel Montañez. **Marxismo Negro: Pensamento descolonizador do Caribe Anglófono**. 1ª Edição. São Paulo: Dandara, 2024.